

Imóveis da Correios de Moçambique custam 805 mil meticais cada um?

Há risco de dilapidação dos cerca de 170 imóveis da empresa extinta pelo Governo

Por: Estrela Charles e Leila Constantino

1. Introdução

O Governo de Moçambique aprovou, pelo decreto nº 32/2021 de 31 de Dezembro, a extinção da empresa pública Correios de Moçambique. As razões para a sua extinção prendem-se à situação financeira deficitária¹ e ao facto da empresa não se encontrar na categoria de **estratégica e estruturante** para o Governo.

O Relatório e Contas de 2019 da Correios de Moçambique mostra que esta é detentora de vários móveis e imóveis, tendo nos seus registos cerca de 170 edifícios avaliados em 137 milhões de meticais². Esta situação significa que, em média, cada edifício está avaliado em cerca de 805 mil meticais, uma evidente situação de subavaliação dos imóveis.

Para além dos imóveis, a empresa possui ainda um activo de 409 milhões de MT, participações financeiras de 8 milhões de MT, (das empresas Corre, Post Bus e outras)³; terrenos, residências protocolares, casas de hóspedes, edifícios industriais, dentre outros⁴. Neste contexto, sendo que o Governo anunciou que os activos da empresa servirão para o pagamento das dívidas que a mesma possui⁵, torna-se necessário identificar os efectivos fornecedores e credores da empresa, reavaliar os móveis e imóveis da empresa de modo a salvaguardar o cumprimento das obrigações da empresa de forma eficaz.

Dada a relevância do processo de liquidação desta empresa pública, o volume de património envolvido e a possibilidade de reafecção dos activos a outras empresas pública deficitárias é necessário que haja maior transparência neste processo, de modo a prevenir casos de apropriação indevida e esquemas de corrupção, em prejuízo do Estado.

1 Os Relatórios e contas da empresa mostram que a mesma acumulou nos últimos três anos prejuízos de cerca de 218,4 milhões de meticais

2 IGEPE. Carta resposta ao CIP ref n 651/IGEPE/PCA/2021 de 03 de Maio de 2021. Informação sobre o concurso 027/A001641/SC/001/2020.

3 IGEPE. Carta resposta ao CIP ref n 651/IGEPE/PCA/2021 de 03 de Maio de 2021. Informação sobre o concurso 027/A001641/SC/001/2020.

4 Correios de Moçambique. Relatório e contas 2019 e CGE 2020

5 Jornal o país do dia 25 de Maio de 2021. Disponível em: <https://www.opais.co.mz/governo-determina-extincao-da-empresa-publica-correios-de-mo-cambique/> [acessado em 7 de Julho de 2021]

2. Activos da Empresa

A empresa pública Correios de Moçambique está no mercado desde 10 de Junho de 1981, tendo no período da sua existência acumulado diversos activos, entre edifícios, móveis, terrenos, edifícios industriais, participações financeiras entre outros.

O relatório e contas da empresa de 2019 indica que a empresa possuía até 31 de Dezembro de 2019 um activo total de 409.6 milhões de meticaís, dos quais cerca de 63% (258.9 Milhões de meticaís) correspondentes a valores que a empresa tem a receber de clientes e outros devedores. Mostrando-se que a maior parte do activo da empresa encontra-se na posse de outras empresas, torna-se necessário que a Correios de Moçambique e a comissão liquidatária efectuem a cobrança destes valores.

A tabela 1 mostra os detalhes das empresas e os valores que estas têm a pagar à empresa Correios de Moçambique, destacando-se a empresa *Gree Point Investment Group Ltd* com cerca de 157.7 milhões de meticaís em dívida, às direcções da Correios de Moçambique – Post Bus, com 12.4 Milhões; contas postais aceites de outros países, 12.42 milhões; e dívidas com o arrendamento de espaços com valores de 12.44 milhões de meticaís.

A tabela 1: Devedores da empresa correios de Moçambique

		9 713 306	8 539 647
	Notas	31/dez/19	31/dez/18
11.2. Outros devedores			
Gree Point Investment Group, Ltd.		157 669 000	186 090 000
Vales e Ordens Postais Internacionais		216 973	216 973
Vales e Ordens Postais Internacionais Aceites		869 297	869 211
Contas Postais Aceites	11.2.1	28 351 054	26 910 498
Direcções CDM – Post BUS	11.2.2	12 425 576	16 979 873
Aluguer de espaços		12 437 808	7 467 814
Outros		994 643	2 321 764
		<u>212 964 353</u>	<u>240 856 133</u>
		212 964 353	240 856 133
11.2.1. Contas Postais Aceites			
		31/dez/19	31/dez/18
Alemanha		559 133	4 516 132
RSA		569 173	1 907 203
Índia		198 224	3 385 370
Portugal		2 146 333	2 793 270
França		2 049 947	2 869 580
Kenya		1 613 609	1 291 525
Hong Kong		1 103 616	1 020 434
Grã-Bretanha		2 290 369	1 078 948
Brasil		779 431	1 556 826
China		9 771 723	-
Outros		7 269 495	6 491 210
		<u>28 351 054</u>	<u>26 910 498</u>
		28 351 054	26 910 498
11.2.2. Direcções CDM – Post BUS			
		31/dez/19	31/dez/18
Maputo Post BUS		9 568 698	6 767 504
Maputo CAD		5 118 769	1 620 417
Gaza		886 941	717 302
Inhambane		880 880	838 980
Sofala		2 555 184	2 024 730
Manica		259 275	180 477
Tete		1 897 064	1 782 902
Zambézia		1 848 245	1 236 492
Nampula		106 359	920 539
Outros		(10 695 838)	890 530
		<u>12 425 577</u>	<u>16 979 873</u>
		12 425 577	16 979 873
11.2. Acréscimos de Rendimentos			
		31/dez/19	31/dez/18

Fonte: Extraído do Relatório e Contas 2019 da Correios de Moçambique

2.1. Possível Subavaliação dos imóveis da empresa

O relatório e contas 2019 da empresa Correios de Moçambique indica que esta possui 170 edifícios espalhadas pelo país, acerca dos quais, o IGEPE⁶ declarou um valor contabilístico total de 137 milhões de meticais. Isto é, pode-se estimar que cada edifício está avaliado, em média, em cerca de 805 mil meticais, valor muito abaixo do considerado no mercado tendo em conta que os edifícios da empresa se encontram, maioritariamente, situados nas capitais provinciais e no centro das cidades.

Esta possível subavaliação dos imóveis da empresa põe em risco o património da empresa e o cumprimento das obrigações que a mesma tem para com os seus *stakeholders*, visto que o destino principal dos activos da empresa é a amortização de suas dívidas. Ademais, este cenário de subavaliação dos imóveis da Correios de Moçambique tem o risco de se associar a situações de corrupção, em que uma baixa avaliação dos imóveis poderá beneficiar futuros compradores em prejuízo do cumprimento dos deveres da empresa e consequentemente em prejuízo do Estado.

O relatório de contas de 2019 indica que a empresa possui edifícios industriais e que apenas em pequenas reabilitações foram gastos 972 mil meticais. Além disso, a empresa possui ainda residências de hóspedes que também sofreram algumas reabilitações no valor de 82 mil meticais em 2019. Entretanto, o relatório é omissivo em relação ao valor contabilístico destes imóveis, a sua localização e as condições em que se encontram actualmente.

A empresa possui também participações financeiras de 8 milhões de MT (nas empresas Corre, Post Bus e outras). Entretanto, no relatório e contas 2019 não se tem registo de recebimentos de retornos financeiros da participação nestas empresas. Portanto, os direitos e obrigações da Correios de Moçambique em relação a estas empresas constituem um aspecto que igualmente merece atenção por parte do IGEPE e da Comissão Liquidatária.

3. Dívidas da empresa Correios de Moçambique

Tendo em conta que a empresa se encontra em processo de liquidação e que o Governo informou que o activo da empresa deverá ser usado para o pagamento das dívidas e das indemnizações aos trabalhadores, torna-se necessário o conhecimento dos efectivos fornecedores e os valores em dívidas como forma de controlo e prevenção de futuras delapidações do património do Estado.

O relatório e contas de 2019, da empresa Correios de Moçambique, mostra um valor acumulado de 402.1 milhões de meticais em dívidas, dos quais 168,7 milhões de MT são dívidas com fornecedores de bens e serviços, 154,6 milhões de MT dívidas com impostos e INSS, 53,7 milhões em dívidas com os trabalhadores e 25,10 milhões com a banca nacional.

Dívidas com a Banca nacional

Em relação à banca nacional, a empresa tem registado no seu relatório e contas de 2019 um valor de 25.02 milhões de meticais⁷ sendo que cerca de 80% corresponde ao empréstimo da empresa com o banco Millennium BIM, 18% ao banco ABC e 2% ao banco ABSA.

Os empréstimos na banca nacional foram efectuados a taxas de juros de 22 a 22.75% e foram usados para o pagamento de salários aos funcionários e para o pagamento do décimo terceiro salário em atraso, tendo a empresa usado como garantia as suas viaturas.

Em 2018 e 2019, a empresa desembolsou cerca de 38.3 milhões de meticais para a aquisição de viaturas. Realce-se que as viaturas são maioritariamente do modelo dupla cabine, 4x4, não usadas directamente para a área operacional da empresa. Questiona-se a racionalidade de aquisição de empréstimos com pagamento de juros de cerca de 5.0 milhões de meticais em juros, por ano, para a aquisição de viaturas e pagamento de salários aos trabalhadores.

⁶ IGEPE. Carta resposta ao CIP ref n 651/IGEPE/PCA/2021 de 03 de Maio de 2021. Informação sobre o concurso 027/A001641/SC/001/2020.

⁷ Este valor refere-se ao valor do capital. Salientar que a empresa paga cerca de 5 milhões de meticais de juros a banca nacional por ano.

Dívidas com Fornecedores

A empresa possui um total de 168.7 milhões de meticais em dívidas com fornecedores, dos quais cerca de 45.01 milhões são dívidas ao Millennium BIM. As tabelas 2 e 3 mostram os detalhes dos fornecedores a que a empresa deverá liquidar as dívidas.

Tabela 2: Dívidas com os fornecedores

16. Fornecedores		
Esta rubrica é composta pelas seguintes entidades:		
	31/dez/19	31/dez/18
LAM – Linhas Aéreas de Moçambique	2 341 801	2 358 484
SATCOM	193 584	193 584
MCB	3 800 000	-
Petromoc	187 117	187 117
Livraria, Lda	-	863 956
	6 522 502	3 603 141

Tabela 3: Dívidas com os fornecedores de serviços

18.2.3. Credores de serviços diversos		
	31/dez/19	31/dez/18
<u>Fornecimento de Serviços</u>		
Aerportos Moçambique E.P. aluguer espaço	3 463 716	3 394 536
TDM (actual TMCEL – Moçambique Telecom, SA)	902 506	882 016
Aerportos de Moçambique Taxa Carga Internacional	-	7 432 678
Indico Holding -Transportes,Lda.	3 931 137	5 254 010
Vodacom	1 172 390	1 167 940
Maputo Printer	718 108	718 108
Direcção Provincial do Plano e Finanças -Inhambane	-1 412 454	2 474 422
Direcção Provincial do Plano e Finanças -Maputo	19 254 344	32 871 002
MOZA Fleet	2 420 433	3 280 730
Direcção Provincial do Plano e Finanças - Cabo Delgado	315 819	1 985 407
AFRITOOL	-	5 046
Impressão & Bordado	1 062 054	1 062 054
Logica - Fabrica de Software	1 884 926	1 056 426
Millenium BIM	45 093 878	42 349 566
Outros	57 128 853	543 744
	135 935 711	104 477 685

Fonte: Extraído do Relatório e contas 2019, Correios de Moçambique

Dívidas em remunerações aos trabalhadores

Até 2019 a empresa contava com cerca de 579 colaboradores. O gasto total com o pessoal em 2019 foi de 214.9 milhões, incluindo salários e remunerações, ajudas de custos e outras rubricas conforme mostra a tabela 4. Apesar dos empréstimos que a empresa tem efectuado na banca para o pagamento de salários e para o reforço na tesouraria ⁸, a mesma continuou acumulando dívidas com os trabalhadores. Só em 2019, a empresa acumulou cerca de 53.7 milhões de meticais em dívidas aos trabalhadores, aos órgãos sociais e ao sindicato, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4: Dívidas da empresa Correios de Moçambique em remunerações aos trabalhadores

17. Outros passivos financeiros		
Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:		
	31/dez/19	31/dez/18
Remunerações a pagar aos:		
Orgãos sociais	7 792 169	5 158 308
Trabalhadores	42 931 109	37 579 820
Sindicatos	2 965 291	2 496 015
	53 688 569	45 234 143

Fonte: Extraído do Relatório e contas 2019, Correios de Moçambique

Dívidas com o Estado

A tabela 5 mostra que a empresa acumulou cerca de 154.6 milhões de meticais em dívidas com o Estado, sendo cerca de 115.8 milhões (cerca de 75 % do total da dívida ao estado) corresponde a dívidas de aposentação e imposto sobre valor acrescentado (IVA)).

Tabela 5: Dívidas da empresa Correios de Moçambique com o Estado

18.1. Estado		
	31/dez/19	31/dez/18
Aposentação	46 713 678	39 904 345
IVA a pagar	69 133 559	53 568 004
IRPS 1ª Categoria	37 031 906	22 492 557
IRPS 2ª Categoria	351 000	351 000
INSS	816 043	660 512
Outros	603 446	3 106 323
	154 649 634	120 082 741

Fonte: Extraído do Relatório e contas 2019 da Correios de Moçambique

⁸ O relatório e contas da Correios de Moçambique 2019 mostra que a empresa contraiu empréstimos de 14.3 milhões de meticais para pagamentos de 13°. Salário aos trabalhadores. Realçar que as taxas de juros são as taxas de mercado que variam entre 20 a 22%

4. A Comissão liquidatária deve agir de forma transparente

O Governo aprovou no dia 8 de Junho de 2021 a criação de comissão liquidatária para conduzir, num prazo de 18 meses, o processo da liquidação da empresa Correios de Moçambique. Esta é composta por Raimundo Jorge Matule, Adriana Pedro Rafael Miranda e Sérgio Arnaldo Maló Matavele⁹.

Tendo em conta que a Correios de Moçambique possui bens imóveis e móveis espalhados por todo o país, é importante o levantamento eficiente e íntegro do valor contabilístico destes bens, evitando a delapidação do património do Estado, através de esquemas de subvalorização e/ou sobrevalorização. Assim será possível garantir o cumprimento das obrigações que esta empresa detém com os seus *stakeholders*, bem como a possível reorientação de parte do valor dos seus activos para o apoio a outras empresas públicas ainda em operação.

A Lei 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e as regras aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado, indica, no artigo 45, que a comissão liquidatária tem o poder necessário para liquidar o património da empresa extinta, incluindo a venda de bens imobiliários sem precedência de qualquer autorização.

O artigo 45 da lei 3/2018, de 19 de Junho, indica ainda que a comissão deverá fixar prazos, não superiores a 4 meses, durante os quais os credores da empresa deverão reclamar os seus créditos. Portanto, para uma maior transparência e cumprimento da lei, a comissão liquidatária deverá avisar os credores do processo de liquidação por anúncio publicado nos jornais de maior circulação ou por carta endereçada aos mesmos. Entretanto, decorridos mais de 90 dias da constituição da comissão, os anúncios ainda não foram tornados públicos, colocando em causa a transparência de todo o processo e o cumprimento dos prazos para o processo liquidatário.

Por seu turno, o IGEPE, instituição que preside a comissão liquidatária, reuniu se no dia 7 de Junho de 2021 com os trabalhadores da empresa e anunciou que até finais de Junho de 2021 todos os trabalhadores terão a sua situação regularizada em termos de indemnizações e/ou reintegrações em outras empresas publicas¹⁰. Volvidos cerca de 90 dias, os trabalhadores e a sociedade estão ainda sem informações do trabalho efectuado pela comissão.

Tem-se notado um excesso de secretismo por parte destas duas entidades no processo de liquidação da Correios de Moçambique. Isto é, desta a informação pública sobre a decisão de extinção da empresa não se têm publicado informações sobre avanços neste processo, ou sequer da forma como o mesmo está a ser conduzido. Estas informações seriam úteis para a monitoria do processo por parte do cidadão moçambicano. Portanto, este secretismo na condução do processo de dissolução da Correios de Moçambique pode abrir espaço para a condução ineficiente do mesmo, em prejuízo dos interesses do Estado e colaboradores da empresa. Deste modo, exige-se a importância de uma maior prestação de contas por parte da comissão liquidatária e do IGEPE.

⁹ Jornal o país dia 08 de Junho de 2021. Disponível em: <https://www.opais.co.mz/comissao-liquidataria-tem-18-meses-para-finalizar-processo-de-extincao-da-empresa-correios-de-mocambique/> [acessado em 20 de Junho 2021]

¹⁰ <https://www.opais.co.mz/comissao-liquidataria-tem-18-meses-para-finalizar-processo-de-extincao-da-empresa-correios-de-mocambique/>

5. Conclusão e Recomendações

A dissolução de empresas, em particular de empresas públicas, é um processo complexo que exige um alto nível de eficácia por parte das comissões liquidatárias, por envolver património público. Para o caso da Correios de Moçambique, a situação não é diferente. A empresa possui um vasto activo, entre móveis e imóveis, terrenos e participações financeiras que deverão ser usados para a liquidação das dívidas que possui.

O IGEPE informou que a empresa tem em seus registos contabilísticos o valor de 137 milhões de meticais referentes aos 170 edifícios que a empresa possui e que se encontram espalhados por todo o país. Mostrando que cada edifício da empresa está registado com o valor médio de 850 mil meticais, valor muito abaixo do real no mercado. Fica patente uma subavaliação dos edifícios colocando em risco de os mesmos serem transferidos às empresas privadas a preços muito baixos, prejudicando o Património do Estado e as receitas públicas.

Por se tratar de uma empresa pública é imprescindível que o processo da sua dissolução respeite os princípios de transparência e integridade, através da prestação de informação relativa ao processo, por parte da Comissão Liquidatária e do IGEPE, por formas a evitar a delapidação do Património do Estado.

Neste sentido, o CIP recomenda:

1. AO IGEPE/Empresa Correios de Moçambique
 - i) A publicação do relatório descritivo detalhado sobre o património (activos e passivos) da empresa incluindo os móveis e imóveis;
 - ii) O relatório deverá detalhar as especificidades de cada bem imóvel/móvel da empresa, indicando seu valor contabilístico;
 - iii) Indicação clara dos activos que serão canalizados para o pagamento das dívidas aos fornecedores de bens e serviços, ao Estado, aos trabalhadores e à banca;
 - iv) Informar sobre quanto será canalizado a outras empresas públicas e detalhar a racionalidade da escolha das mesmas;
 - v) Ao fim do processo de dissolução, publicar o relatório final, que deverá incluir informação sobre o destino efectivo dos bens da empresa;
 - vi) A publicação do relatório e contas da empresa do ano 2020.

2. À comissão liquidatária
 - i) A divulgação regular, através do site do IGEPE e dos órgãos de comunicação social, de toda a informação acerca dos passos a serem levados a cabo no processo;
 - ii) A inclusão da sociedade civil em todo o processo de liquidação;
 - iii) A inclusão do Comité Sindical da Empresa Correios de Moçambique no processo de liquidação.

6. Documentos consultados

- Correios de Moçambique. Relatório e contas de 2019.
- IGEPE. Carta resposta ao CIP ref. n 651/IGEPE/PCA/2021 de 03 de Maio de 2021. Informação sobre o concurso 027/A001641/SC/001/2020.
- Jornal o país. Dia 25 de Maio de 2021. Disponível em: <https://www.opais.co.mz/governo-determina-extincao-da-empresa-publica-correios-de-mocambique/> [acessado em 7 de Julho de 2021]
- Lei 3/2018 de 19 de Junho [estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector empresarial do Estado]
- Jornal o país dia 08 de Junho de 2021. Disponível em: <https://www.opais.co.mz/comissao-liquidataria-tem-18-meses-para-finalizar-processo-de-extincao-da-empresa-correios-de-mocambique/> [acessado em 20 de Junho 2021]
- <https://www.voaportugues.com/a/economista-questiona-qual-ser%C3%A1-o-destino-dos-activos-da-extinta-correios-de-mo%C3%A7ambique-/5905406.html> [acessado em 7 de Julho de 2021]
- https://storage.googleapis.com/admportal.appspot.com/_assets/modules/academicos/academico_7317_190226_162323.pdf?mtime=20190226132320&focal=none [acessado em 9 de Julho de 2021]
- <https://www.diarioeconomico.co.mz/2021/04/08/negocios/empresas/correios-de-mocambique-procuram-parceria-para-rentabilizar-patrimonio/> [acessado em 8 de Julho de 2021]



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autora: Estrela Charles e Leila Constantino

Revisão de pares: Júlia Zitha, Ben Hur Cavelane, Baltazar Fael, Borges Nhamirre, Aldemiro Bande, Egas Jossai, Stélio Bila, Inocência Mapisse, Rui Mate

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f @CIP.Mozambique](#) [t @CIPMoz](#)
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique



EM HOMENAGEM A ALFREDO BINDA
1961-2021